



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ROSIELY JESUS BATISTA MAURÍCIO

**MULHERES NÃO SERVIRÃO: DISCURSO(S) DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA
PELO PROGRESSO FEMININO SOBRE O SERVIÇO MILITAR DE MULHERES
(1934)**

**GUARABIRA
2024**

ROSIELY JESUS BATISTA MAURÍCIO

**MULHERES NÃO SERVIRÃO: DISCURSO(S) DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA
PELO PROGRESSO FEMININO SOBRE O SERVIÇO MILITAR DE MULHERES
(1934)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva.

**GUARABIRA
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M455m Mauricio, Rosiely Jesus Batista.
Mulheres não servirão [manuscrito] : discurso(s) da
Federação Brasileira pelo Progresso Feminino sobre o serviço
militar de mulheres (1934) / Rosiely Jesus Batista Mauricio. -
2024.
29 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2024.
"Orientação : Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva,
Coordenação do Curso de História - CH. "
1. Mulheres. 2. Feminismo. 3. Alistamento Militar. 4. Carta
Magna. I. Título

21. ed. CDD 981.06

ROSIELY JESUS BATISTA MAURÍCIO

**MULHERES NÃO SERVIRÃO: DISCURSO(S) DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA
PELO PROGRESSO FEMININO SOBRE O SERVIÇO MILITAR DE MULHERES
(1934)**

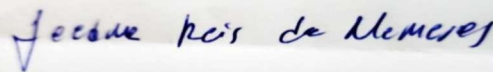
Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo Científico) apresentado à
Coordenação do Curso Licenciatura em
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Graduada em
História.

Aprovada em: 26/06/2024.

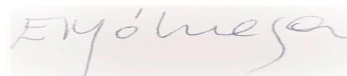
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva
(Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Joedna Reis de Meneses
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega
Universidade da Paraíba (UEPB)

A todas e todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para com a minha formação, dedico este Trabalho.

“Para a mulher vencer na vida, ela tem que se atirar. Se erra uma vez, tem que tentar outras cem”.

Bertha Lutz

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	CONTEXTUALIZAÇÃO PERANTE UMA LACUNA.....	9
3	ESSÊNCIA FEMININA: FBPF, MATERNIDADE, CIVILIZAÇÃO E HIGIENISMO.....	13
4	CONHECIMENTO É PODER: A GRANDE GUERRA, RUPTURAS E LEGITIMIDADE.....	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
	REFERÊNCIAS.....	24

MULHERES NÃO SERVIRÃO: DISCURSO(S) DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO SOBRE O SERVIÇO MILITAR DE MULHERES (1934)

Rosiely Maurício¹

RESUMO

O presente trabalho propõe uma análise do discurso de uma epístola enviada aos constituintes da Carta Magna de 1934 pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), visando com isso que não se fizesse extensivo às mulheres o serviço militar em meio a um cenário político e histórico compreendido entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. O objetivo é refletir como essa narrativa constrói conhecimentos e saberes de forma intencional e, com isso, se constitui através de poderes já legitimados no contexto social e cultural do país. Ademais, a necessidade desta pesquisa centra-se em preencher uma lacuna historiográfica correspondente à parca investigação de como a FBPF constituiu rupturas em relação ao recrutamento bélico na Lei Maior do país e que não apenas se deteve na luta pela conquista do voto feminino. Para tanto, utiliza-se como apoio metodológico a perspectiva elaborada por Michel Foucault de ordem do discurso através dos empreendimentos críticos e genealógicos. Por fim, percebe-se como essa Associação influencia na escrita da Constituição Federal de 1934, através da construção de um conceito aceito do que é ser mulher perante bases estruturais vigentes no Governo Vargas e que, ao invés de confrontá-las, negociam com elas.

Palavras-Chave: mulheres; feminismo; alistamento militar; Carta Magna.

ABSTRACT

The present work proposes an analysis of the discourse of an epistle sent to the constituents of the 1934 Magna Carta by the *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF), movements that did not extend military service to women in the midst of a political and historical scenario between the First and Second World Wars. The objective is to reflect on how this narrative intentionally constructed knowledge and, as a result, is constituted through powers already legitimized in the country's social and cultural context. Furthermore, the need for this research focuses on filling a historiographical gap corresponding to the scant investigation of how the FBPF constituted ruptures in relation to military recruitment in the country's Major Law and that it did not just stop at the fight to win the female vote. To this end, the perspective elaborated by Michel Foucault of order of discourse through critical and genealogical undertakings is used as methodological support. Finally, it is clear how this Association influenced the writing of the Federal Constitution of 1934, through the construction of an accepted concept of what it means to be a woman based on the structural bases in force in the Vargas Government and which, instead of confronting them, negotiate with them.

Keywords: women; feminism; military enlistment; Magna Carta.

¹ Aluna de Graduação do curso Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba — UEPB. E-mail: rosiely.mauricio@aluno.uepb.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Há temores acerca do mar que até mesmo desperta em alguns a talassofobia, palavra de etimologia grega e que nomeia o profundo medo do oceano. E é esse gigantesco volume d'água e seus mistérios silenciosos que resguardam indagações e que pode ser encontrado sob a égide da pretensa tranquilidade, calma e serenidade inabalável. No século XVI, esse se fez como o vislumbre do terror para aqueles que se lançavam no desconhecido horizonte e ainda nos dias atuais esse mesmo sentimento se faz quando reconhecemos que o que conhecemos do oceano ainda é tão pouco. Assim, entre medos e possibilidades, o mar nem sempre está tão quieto quanto aparenta — basta somente que movimentos internos o perturbe para que o levante em sua superfície se torne certo. Desse modo, tem-se os maremotos e tsunamis e, ingênuo é aquele que ao observar um oceano tranquilo e inabalável não prevê a chegada das ondas ou o movimento das marés. Mas, e quanto ao mar inabalável do patriarcado? Esse esteve parasitando famílias, relações, instituições, corporações, a política, cultura, espaços geográficos e períodos históricos aparentemente de forma duradoura e inabalável. Por isso, no mundo Ocidental, o homem branco ditar as regras de funcionamento da vida não se faz enquanto novidade desde o início do que chamamos História (Hoppe, 2018).

Entretanto, assim como o oceano não mantém durável sua pretensa calma, assim também se fez quanto ao mar do patriarcado estrutural do Brasil. Presente desde o Período Colonial com as mulheres servindo os homens da família e senhores de terras enquanto detentores do poder sobre as mulheres do lar e daquelas que jaziam nas senzalas (Oliveira, 2022) — exceto por episódios disruptivos desse panorama —, o homem branco percebeu abalado o centro de poder que ocupou nos mais diferentes momentos históricos do país quando levantes agitados em formas de ondas se fizeram, eram as Ondas Feministas (Garcia, 2011). Se em um primeiro momento o patriarcado estrutural parecia inerte, as Ondas Feministas vêm para expor as agitações que há anos já se faziam presentes no país (Politize!, 2023) mas que somente no início do século XX se tornam mais enfáticas, institucionalizadas, midiáticas e até mesmo tomam a forma de um partido político, como o *Partido Republicano Feminino*, o qual foi presidido pela professora Leolinda de Figueiredo Daltró² e fundado em 1910 na cidade do Rio de Janeiro (Federação..., 2016).

Ademais, sendo a Primeira Onda Feminista aquela composta em especial pelas *sufrajetes* — mulheres que reivindicavam o direito ao voto feminino — é nesse momento que surge uma importante Associação de mulheres da classe média do Rio de Janeiro e que usará do lugar de fala do gênero para reivindicar, mediante os poderes Legislativo e Executivo, os direitos das mulheres, em especial o do voto. Essa seria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (Federação..., 2016), de sigla FBPF, criada e presidida durante seus anos de atuação pela bióloga Bertha Lutz (1894-1976) e que se fez enquanto importante meio articulador de reivindicações, em especial para a letra de lei da Constituição Federal de 1934, negociando direitos políticos fundamentais tanto para as mulheres de chapéu cloché quanto para aquelas que hoje incorporam outras indumentárias.

² Leolinda Figueiredo Daltró foi uma professora, sufragista e apoiadora da causa dos povos indígenas. Nordestina, nasceu em 1959 em Nagé, na Bahia. Conjuntamente com outras mulheres fundou o Partido Republicano Feminino no ano de 1910 e, em 1917, chegou a liderar uma passeata em favor do voto feminino. Leolinda Daltró faleceu no Rio de Janeiro em 1935, três anos após a aprovação do voto feminino no Brasil.

Dessarte, ao sondar o Acervo Histórico Digital da Câmara dos Deputados, em especial na Coleção Bertha Lutz, a qual é composta por 164 peças e dividida em dois grupos — o primeiro sendo o “*BL1 - Reivindicações das mulheres da sociedade civil encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte de 1933-1934*” e o segundo “*BL2 - Atuação Parlamentar na Legislatura (1935-1937) da Câmara dos Deputados*” —, o item 26 do grupo BL1 chama atenção por se tratar de um documento enviado em fevereiro de 1934 para os então constituintes com reivindicações para a Carta Magna, a qual só seria aprovada em sua versão final em julho de mesmo ano. Mas o que chama a atenção é o teor da discussão e mais ainda, as contradições e alusões ao contexto histórico da época que o permeia. Ademais, como recorte temporal utilizo-me do ano de formulação dessa correspondência e que permeia o período de atuação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, iniciada ainda como *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher* em 1922 e que perdurará até o ano de 1937 — ano em que se inicia o Estado Novo. Sendo assim, é em pleno governo Vargas e com a euforia da recente conquista do voto feminino (Bueno, 2019), que se tem como outro foco de discussão entre as filiadas da Associação a questão sobre a necessidade de exclusão das mulheres da obrigatoriedade de alistamento no serviço militar brasileiro.

Sendo assim, surpresa se fez ao constatar que após o sufrágio ser conquistado, a ênfase na luta por mais direitos sociais para as mulheres continuava. Porém, o teor da discussão ser a exclusão das mulheres do serviço militar se fez, no mínimo, enquanto intrigante para não mencionar lacunar. Dessa forma, ao investigar os estudos acerca das pautas levantadas pelas mulheres no período em destaque, é perceptível o quanto carece de investigação essa temática que está para além do que somente a conquista do sufrágio feminino, e que trata da exclusão das mulheres do serviço militar. Nesse sentido, é através da percepção de um silêncio lacunar historiográfico no que tange essa discussão das mulheres da FBPF que o presente trabalho se fez enquanto importante.

Vale destacar que dentre as correntes historiográficas, a maneira que se estabelece a relação de pesquisadora para com o documento se faz atravessada pela escola dos Annales (Burke, 1991) — a qual amplia o que seria a relação dos historiadores para com as fontes históricas e as trata não como documentos que contém apenas verdades irrefutáveis, mas como produções dignas de confrontos, problematizações, inquirimentos e indícios fatídicos de investigações. No fluxo de abertura de abordagens possibilitadas por tais vieses, me aproximo da contribuição de autores(as) de diferentes formações, para refinar o olhar sobre as fontes documentais. Em especial, de forma a realizar uma análise mais acurada da documentação supracitada, inspiro-me na Análise de Discurso de perspectiva Foucaultiana (Foucault, 1996), a qual estabelece direcionamentos para compreender o documento não apenas como uma construção intencional, mas também como um constructo de algo que não se faz passivo para as práticas direcionadas ao meio social. Nesse sentido e de forma a ampliar a discussão teórica estabelecida por Foucault, o amparo também se faz em autores como Michel de Certeau, Didi-Huberman, Vilém Flusser, dentre outros.

Portanto, é através da navegação incerta nessa Primeira Onda Feminista e em um mar estrutural do Patriarcado que a bússola presente na análise foucaultiana do discurso se faz diante de um documento que serve tal como um mapa de difícil, mas instigante escrutínio e que estabelece a viagem na qual a presente pesquisa se faz. Desta forma, este trabalho se lança às possíveis intempéries, tempestades e a

beleza dos marmotos feministas que ainda se fazem presentes num horizonte de possibilidades.

Nesse sentido, para perscrutar o apelo que se apresenta na correspondência da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, enviada aos constituintes da Carta Magna em fevereiro de 1934, utiliza-se a metodologia da Análise Foucaultiana do Discurso, de forma a traçar um curso de investigação daquilo de dito por uma Associação ligada a luta pela garantia do direito ao voto feminino. Sendo assim, partindo da percepção de que o saber possui relações com a forma que o poder se determina e dissemina-se na sociedade, a maneira como a linguagem é utilizada pela FBPF é então percebida de forma a investigar como essa apreendia o que é ser mulher e como, a partir dessa conceituação, se determinaria nos diferentes espaços sociais.

Nesse sentido, o enfoque metodológico se faz nos *empreendimentos crítico e genealógico* citados na obra *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*, em que Michel Foucault estabelece que a diferença entre ambos não se faz de objeto ou de domínio, mas de ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação (Foucault, 1996). Dessa maneira, após a contextualização histórica em que destaca-se os atravessamentos que compunham o cenário social, político e cultural em que a solicitação da FBPF se faz inserida, destaco na seção seguinte o *empreendimento crítico* e na seção posterior, o *empreendimento genealógico*.

Para isso, a análise proposta se faz a partir de três momentos. Primeiro, faz-se uma *contextualização histórica*, presente na seção destacada como “Contextualização perante uma lacuna”, em que pontua-se os atravessamentos que permeia essa produção documental. Ademais, se estabelece um *empreendimento crítico* através do escrutínio da narrativa presente na referida correspondência, disposto na seção “Essência feminina: FBPF, maternidade, civilização e higienismo” — a qual evidencia uma abordagem do feminino correlacionada com a construção de um imaginário fatídico de aceitação para a época. E por último, essa produção se detém em uma *genealogia* a qual é enfocada na seção “Conhecimento é poder: a Grande Guerra, rupturas e legitimidade”, que se faz enquanto uma investigação histórica do discurso, destacando os motivos de seu aparecimento e como esse se constitui em descontinuidades e fatídico de consideração pelas veredas de um poder político estabelecido após a Revolução de 1930.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO PERANTE UMA LACUNA

Visando uma maior compreensão da análise realizada nesse trabalho, faz-se necessário que uma contextualização do período em destaque preceda esse momento, de modo a destacar os atravessamentos que essa infere na documentação. Entretanto, a contextualização realizada objetiva menos constituir um panorama histórico e sociopolítico do que foi o início do complexo século XX do que um apoio para melhor compreender aquilo que se evidencia e é problematizado na documentação enfocada. Sendo assim, é importante também ressaltar que a fonte histórica investigada se encontra disponibilizada no Arquivo da Câmara dos Deputados do Brasil e se trata de uma correspondência enviada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1934 para os então constituintes da República, e que se faz enquanto fruto da Coleção do acervo denominada *Coleção Bertha Lutz*, em alusão a uma das principais ativistas brasileiras que lutou pela aprovação do voto feminino no Brasil.

Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) era filha do cientista brasileiro Adolfo Lutz e da enfermeira inglesa Amy Fowler. Fundadora e presidente da FBPF durante seus anos de atuação, Lutz se fez enquanto principal articuladora dos alcances e movimentos da Associação que fundou pretendendo, entre outras ações, a conquista do voto das mulheres em um Brasil de inícios do século XX. Assim, com uma formação educacional europeia, ao retornar para o Brasil Lutz busca criar uma Associação que ajudasse as mulheres a conquistar direitos civis e políticos que até então não possuíam.

Nesse sentido, em 1920 Bertha Lutz cria a *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher* (Karawejczyk, 2018), sendo esse o primeiro movimento germinativo da FBPF realizado na então capital do Brasil na época, o Rio de Janeiro. Porém, os rumos dessa Associação tendem a mudar no agitado ano de 1922, que entre eventos tais como as eleições para presidente e vice-presidente da República, o Modernismo e o Tenentismo, também se fez entre os dias 20 e 23 de julho a *Primeira Conferência Pan-Americana de Mulheres*, em Baltimore (EUA). Assim, Bertha Lutz participa dessa conferência como representante do Brasil e, após esse evento, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM) passará por algumas mudanças.

Ademais, Mônica Karawejczyk (2018) menciona que após a participação de Bertha Lutz na Conferência, muda-se o rumo do movimento organizado feminino no Brasil, passando a adequar os propósitos da Liga aos desígnios internacionais estadunidenses e recebendo apoio de uma de suas líderes: Carrie Chapman Catt, a qual já havia presidido a NAWSA — *Nacional Woman Suffrage Association* — e que no momento se dedicava aos movimentos internacionais. Também, June Hahner destaca que Bertha Lutz inicia um processo de adequação para a LEIM tanto no sentido de uma maior aproximação do movimento feminista estadunidense quanto também de um maior afastamento do feminismo europeu — o qual se considerava como mais radical (2003 apud Karawejczyk, 2018). Por conseguinte, a própria nomenclatura da Associação também acompanha esse movimento de alterações internas e, em 1924 a *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher* passa a ser nomeada oficialmente como *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (Karawejczyk, 2018, p.6). Assim, quando a carta que analiso é enviada para os então constituintes da República em 1934, a remetente já se intitulava como FBPF e já havia conquistado sua principal demanda: o voto feminino.

Nesse sentido, o sufrágio feminino se consolida inicialmente com a sua inserção no Código Eleitoral de 1932 e posteriormente, com a Constituição Federal de 1934 (Mourelle et. al., 2009). Porém, após a aprovação do sufrágio feminino — principal foco de análise da historiografia que se debruça sobre a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino — a FBPF não se ausenta de permear outras lutas e visar demais alcances no tocante aos direitos civis e políticos das mulheres.

Sendo assim, cresce a preocupação das associadas em defesa de que as mulheres não sejam obrigadas ao alistamento militar; entretanto, após pesquisa realizada no banco de dados *Google Acadêmico*, percebe-se que a quantidade de produções científicas historiográficas acerca da temática ainda é muito limitada, constituindo assim uma lacuna que merece investigação para ampliar a compreensão de como as mulheres do período reivindicaram esse direito, as justificativas utilizadas, seu poder de fala e escuta e a influência da posição social das associadas perante essa questão.

Dessarte, assim como menciona Solnit (2017), a violência contra as mulheres muitas vezes se dá contra as suas vozes e do que significa uma voz: o direito de

autodeterminação, de participação, de concordância e divergência, interpretar e narrar. Por isso se faz importante evidenciar a participação dessas mulheres que perante a FBPF puderam ter voz ativa diante da questão do alistamento militar feminino obrigatório e se posicionar, em divergência, interpretando e narrando uma lei a partir de seus interesses e que expõe como essas compreendiam o que é ser uma mulher à época.

Outrossim, merece destaque que a partir do momento em que Bertha Lutz confere mudanças para a LEIM para que então essa venha, anos após, a se determinar enquanto FBPF, uma de suas modificações se fez no sentido de criar filiais para que dessa forma sua abrangência de atuação se disseminasse por diversas localidades do território nacional. Nesse trâmite, a década de 1930 já se inicia com diversos núcleos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino presente em diversos estados, se destacando os da Bahia, Minas, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, os quais eram dirigidos respectivamente por: Maria Luísa Bittencourt, Elvira Kommel, Nícia Sá Pereira, Maria Rita e Lili Larges (Federação..., 2016).

Por conseguinte, é necessário pôr em evidência que uma das formas utilizadas pela FBPF para alcançar suas aspirações se fez através do estreitar de laços com figuras que ocupavam posições decisórias na sociedade e de poder na época; tais como senadores, deputados, governadores e inclusive, o próprio chefe do Poder Executivo. Além disso, nas correspondências endereçadas a esses, termos elogiosos se faziam presentes — visando dessa forma, provocar uma maior aproximação para com essas figuras. Assim, como uma forma de estratégia para angariar a conquista dos direitos femininos sem necessariamente provocar uma afronta à ordem social vigente, as associadas se correspondiam com ministros de Estado, parlamentares, entidades estrangeiras ligadas ao feminismo, diplomatas e membros de órgãos oficiais do Brasil e do mundo, assim como o próprio presidente da República Getúlio Vargas e sua esposa, Darcy (Mourelle et. al., 2009).

Outrossim, Mônica Karawejczyk (2018) cita que inclusive, as participantes do *Primeira conferência pelo Progresso Feminino*, a qual ocorre em dezembro de 1922, contou com a participação de importantes nomes da política da época, como Lopes Gonçalves, Justo Chermont, Lauro Müller, Evaristo de Moraes e Estácio Coimbra — vice-presidente da República. Além disso, mesmo quando Bertha Lutz esteve apoiando o candidato da oposição, Júlio Prestes, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino não tardou a fortalecer sua relação com Getúlio Vargas quando este assume o Gabinete Presidencial com a Revolução de 1930 (Mourelle et. al., 2009) assim como demonstra a fotografia destacada abaixo:

Figura 1 — Participantes do III Congresso Nacional Feminista em audiência com presidente Vargas



Fonte: Brasileira Fotográfica, 1936.

Dessa forma, assim como percebe-se na imagem acima, uma das principais estratégias da Associação de faz em buscar uma extensa rede de relacionamentos para com pessoas que ocupam os lugares de poder decisório e, dessa forma, conseguir a aprovação das mais diversas demandas feministas visadas pela FBPF.

Em sequência ao exposto, é durante o governo de Getúlio Vargas que o documento ao qual analiso aparece, em pleno ano de 1934. Além disso, é na atuação de Vargas no poder que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino conquista sua principal demanda: o direito ao voto feminino, inserido no Código Eleitoral de 1932 e posteriormente na Carta Magna em 16 de julho de 1934. Por essa razão, o governo do referido presidente da República entre os anos 1930 e 1937 se faz importante de destaque (uma vez que, em 1930 Vargas assume o cargo de Chefe do Executivo e em 1937 a FBPF se dissolve a partir da instauração do Estado Novo).

Desse modo, tem-se então a referida documentação inserida no instável governo provisório da Era Vargas, período que se insere entre a Revolução de 1930 e a promulgação da Constituição Federal em julho de 1934. Nesse viés, segundo Dulce Pandolfi (2019), esse momento da história se fez permeado de insatisfações políticas e instabilidades por visar uma transição de regime de governo — buscando superar o período Oligárquico — mas que, em contrapartida, ainda havia resistência por parte de alguns setores da sociedade da época que ainda apoiava os alicerces da Primeira República. Entretanto, apesar dos diversos pontos de tensões existentes no país ao governo provisório de Vargas, através de decretos e leis esse ainda pôde regulamentar e aprovar alguns anseios da população brasileira — em especial as relativas às mulheres.

Além disso, se a atuação da FBPF atravessa a Era Vargas até o início do Estado Novo em 1937, quando se desfaz, se faz necessário mencionar que esse não foi apenas um momento de instabilidade política no Brasil, mas também em todo o mundo. Nesse sentido, vê-se que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino não apenas surge a partir dos cada vez mais intensos discursos feministas internacionais de maior participação das mulheres na vida pública e na política, mas também em meio ao período póstumo à Primeira Guerra Mundial. Assim, Eric Hobsbawm relata que o início do século XX se fez marcado não apenas pelo irromper da *Grande Guerra* que ocorre entre 1914 e 1918, mas pela sensação que pela primeira vez na história um confronto envolveu todas as potências mundiais e deixou marcas de perdas em cada uma delas (Hobsbawm, 1995). Além disso, é após as consequências devastadoras da Primeira Guerra Mundial que o sentimento anti-guerra começa a urgir no seio da população civil. Nesse meandro e como será

exposto na próxima seção, os debates sobre a participação nos confrontos bélicos não ocupam lugar de menor importância e também permeará as discussões visadas pelas integrantes da FBPF em correspondência aos núcleos de poder do país.

Nesse tocante, faz-se imperioso ressaltar como a década de 1930 já se inicia com movimentações que corroboraram para a posterior promulgação da Segunda Guerra Mundial, como a invasão da Manchúria pelo Japão (Hobsbawm, 1995). Ou seja, entre os quadros que se estabeleciam sobre o panorama de atuação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, o período *entreguerras* se faz fundamental para compreender a necessidade de voz ativa dessa Associação perante uma questão que se fazia permeada pelos augúrios de um próximo conflito.

Por fim, merece menção ainda as ideias higienistas que também alimentavam o início do século XX. Nesse sentido, sendo o Higienismo um movimento que desponta inicialmente da área da medicina, a higiene buscada demonstrou necessidade de também abarcar questões sociais, morais, urbanistas e até mesmo, eugenistas. Assim sendo, o Movimento Higienista no século XX também buscou construir um sentimento de nacionalidade para a população. Desse modo, segundo Anderson Narciso “Criar um sujeito higienizado, era percorrer o caminho para a construção de uma nação” (Narciso, 2012, p. 2). Ou seja, a construção de um civismo forte se fazia então atravessada pela higiene dos atos morais e pela vigília das condutas da população.

Por conseguinte, insere-se nesse panorama o principal personagem em foco para construir, nos vasos capilares da nação, o caminho para uma Pátria forte: a mulher. Ao adentrar nesse tocante, vê-se que o movimento higienista buscou sanitizar o Brasil através do primeiro locus de sociabilidade humana: a família. Desse modo, esse movimento buscou consolidar um conceito de mulher e mãe que se fizesse presente no seio familiar como uma extensão da “mãe-pátria” e para isso, utilizou-se dos meios de veiculação de informações da época, como as revistas de circulação nacional, com uma espécie de *script* do que seria a boa conduta a ser assumida por aquelas que deviam ser as primeiras a higienizar dos seus maridos e filhos os males da nação (Silva, 2017). Assim, a educação das mulheres se fazia como ato louvável não necessariamente para causar a emancipação dessas da obrigação de subserviência enquanto esposa e mãe, mas sim para que essa assumisse a função de aliada na higienização das consideradas más condutas morais de seu próprio gênero, além das que permeiam as atitudes de seu marido e seus filhos. Dessarte, se demonstra haver um maior interesse de manter a mulher em seu espaço privado do que figurando o espaço público ou pior, o político (Karawejczyk, 2018).

Por fim, estes são aspectos do panorama no qual o documento que analiso urge enquanto presença: um período marcado pela instabilidade política do governo provisório de Getúlio Vargas, pelas tensões de movimentações de guerra — quando já se havia testemunhado o horror entre 1914 e 1918, discursos higienistas que objetivavam disciplinar a nação e as mulheres segundo seus códigos morais e um levante feminista em solo brasileiro, mas que não se furtava de buscar alinhamento com o *modus operandi* de outras nações. Portanto, tendo-se esse enquadramento histórico como cenário a ser considerado para os apontamentos contidos nas próximas seções, que se inicie a análise documental referida.

3 ESSÊNCIA FEMININA: FBPF, MATERNIDADE, CIVILIZAÇÃO E HIGIENISMO

Em primeiro lugar, faz-se importante reiterar que a fonte a qual utilizo para análise provém do Acervo Histórico Digital da Câmara dos Deputados relativo à *Coleção Bertha Lutz* e que contém correspondências da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em razão da liderança política de Bertha Lutz — que também esteve como presidente dessa Associação em seus anos de atuação e também enquanto deputada na Câmara Federal, a partir de julho de 1936 (devido a morte de Cândido Pessoa, titular do cargo).

Sendo assim, o documento de referência em questão se trata de uma correspondência (carta) enviada pela FBPF em 1934 para os constituintes que no momento se detinham na elaboração da nova Carga Magna do país, a qual só seria promulgada em julho daquele mesmo ano. Desse modo, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino destacava alterações que deviam ser realizadas na elaboração dessa nova Constituição em nome das mulheres de todo o Brasil. Para isso, um discurso se fez construído ao ritmo das teclas de uma máquina datilográfica — disparando pelas armaduras das palavras o anseio que regia àquele grupo perante àquela sociedade: que as mulheres não fossem obrigadas ao alistamento militar, que estas se detivessem em outras maneiras de servir à Pátria.

Desta feita, essa epístola se faz ainda mais interessante de escrutínio em especial por permitir destacar que havia outros horizontes visados, que não apenas a aprovação do voto, como forma de garantia aos direitos políticos e civis femininos. Nesse viés, a não adesão das mulheres à guerra e aos assuntos bélicos se fazia enquanto preocupação central para aquelas que compunham esse movimento feminino, assim como demonstra trecho da referida carta:

Srs. Constituintes temos solicitado a VV. Exas., varias medidas em beneficio a mulher. Nenhuma solicitamos com mais vivo interesse do que a exclusão da mulher do serviço militar, pois nelas se empenham os nossos conceitos mais fundamentaes e os nossos sentimentos mais sagrados e mais profundos de amor á humanidade e a civilização (Lutz, 1934, p. 2).

Entretando, embora seja citado que de todas as medidas dessa Associação a que possui maior interesse se trate da exclusão da mulher do serviço militar, ao observar o banco de dados do *Google Acadêmico*, esse demonstra que a investigação acerca de como as mulheres evidenciaram seu direito de voz em razão do alistamento feminino para a defesa do país em caso de guerra, ainda é pouco explorado pela historiografia do período e assim, se constituindo enquanto uma compreensão lacunar para esse cenário de luta política e feminista do Brasil e da América Latina. Ademais, vale destacar também que apesar da missiva estar catalogada como de autoria de Bertha Lutz, a correspondência se faz enquanto produção tríade: em primeiro lugar pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e em sequência pela *Liga Eleitoral* e a *Seção de Estudos Jurídicos*.

Desta feita, e de forma a estabelecer melhor o itinerário de escrutínio perante o discurso disposto nesse vestígio histórico de caráter político e apelativo, utiliza-se a metodologia de análise elaborada pelo filósofo e historiador Michel Foucault em sua obra *A ordem do Discurso*, a qual estabelece nos *empreendimentos críticos e genealógicos do discurso*, diferentes pontos de ataque, perspectiva e delimitação (Foucault, 1996). Portanto, será através dessa escolha prismática de análise que o discurso da correspondência da FBPF será aqui examinado através de seus diferentes feixes luminosos e distintos efeitos caleidoscópicos.

Por conseguinte, as reflexões também não se ausentam da “Revolução Francesa da historiografia”, estando teoricamente alinhadas à Histórica Cultura e à perspectiva dos *Annales* — não apenas à instauração de novas fontes à historiografia, mas ao desenvolvimento de novos métodos críticos de explorá-las (Burke, 1991). Sendo assim, pode-se inicialmente conceber uma *Crítica das Instituições e Estruturas de Poder*: em foco, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e demais estruturas associadas.

Desse modo, como mencionado na seção anterior, a FBPF é uma Associação que não se manteve isolada e, seguindo as diretrizes da líder feminista estadunidense Chapman Catt, sua presidente Bertha Lutz buscou amarrar pontos de consonância com as mais célebres instituições e legitimadas estruturas de poder que atuavam na época (Karawejczyk, 2018). Dessa maneira, essa entidade busca aproximação com aqueles que ocupavam importantes cargos de poder político — seja através do envio de cartas a esses ou por intermédio de convites à jantares, almoços e conferências onde se discutiam questões do interesse feminino (Mourelle et. al., 2009). Ademais, para destacar os atravessamentos que distintas estruturas de poder provocavam na concepção de ordem do discurso, segundo Karawejczyk (2018) o Catolicismo em certo momento se fez em discordância da existência da FBPF, em razão das falas promulgadas por essa última em favor da emancipação feminina e que figuravam a ruptura de valores éticos e de interesse da Religião Católica, a qual funda em resposta as *Ligas de Senhoras Católicas*, sendo a de São Paulo uma das que continuam em atuação nos dias atuais³.

Nesse meandro, percebe-se que a FBPF possuía poder de influência no discurso que produzia e buscava propagar, mas esse poder de fala se fazia limitado perante declarações que circundavam seu meio e que lhe restringia em certas atuações. Assim, por *inversão*, nota-se que há uma construção de saber sobre como a mulher deve figurar na vida social e que esse saber se faz em disputa mediante o poder que a religião — em especial, a Católica — exerce sobre o meio cultural circundante. Desse modo, sendo a FBPF uma conjuntura de mulheres que possuíam os mesmos anseios na conquista de direitos femininos, quando essa se lança na produção de discursos que visam alcançar o apoio de setores influentes e relacionados com a produção do principal manual de conduta civil, a Constituição Federal, essa precisa estar em comunicação com as demais estruturas de poder — embora discorde delas.

Nesse sentido, percebe-se que a FBPF busca alcançar uma conceituação do *ser-mulher* que não fosse tão dissonante daquele já estabelecido por outras instituições e estruturas de poder as quais se faziam legitimadas à época. Assim, se em 1924 há uma mudança de nomenclatura porque o termo “emancipação” pode disparar medo nos homens de perderem o controle sobre a posição subalterna exercida pelas mulheres (Karawejczyk, 2018), o ajuste não para na terminologia. Desse modo, nota-se que essa Organização busca alcançar a ocupação da mulher dos espaços públicos enquanto faz a sua manutenção nos espaços privados. Nesse contexto, vê-se que esse posicionamento não é vazio de sentido, uma vez que a FBPF busca a legitimação de sua Entidade mediante a adequação de sua linguagem àquilo de imperativo a demais setores sociais de impacto — como a religião Católica — além de estruturas de poder político como o Governo Federal, o Senado e a Câmara dos Deputados, assim como evidencia-se no trecho abaixo

³ A Liga das Senhoras Católicas de São Paulo foi fundada em 10 de março de 1923 sob a nomenclatura *Liga Solidária* e visava desenvolvimentos socioeducativos e de cidadania, valores que perduram na atualidade.

extraído da referida missiva e que denota como o dispositivo religioso se faz influente em diálogo com o poder político:

Existem varias emendas ao Ante-Projecto que mandam uma excluir as mulheres do Serviço Militar, outra especificando claramente que os ministros e membros de congregações religiosas ficam isentos de qualquer serviço ou onus impostos aos outros cidadãos e incompatíveis com a sua qualidade religiosa. Louvamos e applaudimos essa resolução pois o mister da guerra é certamente incompatível em os principios fundamentaes da religião christã (Lutz, 1934, p.1).

Ao partir dessa compreensão, vê-se também o destaque realizado logo no início dessa epístola: “Concedidos á mulher os direitos políticos, tenta-se agora qualifica-los, restringi-los, tornando extensivo ao sexo feminino o serviço militar” (Lutz, 1934, p.1). Nesse momento, vale refletir que a concepção a qual se refere a FBPF se trata do direito feminino ao voto, que se fez garantido perante a inserção no Código Eleitoral em 1932, mas em sequência esse discurso demonstra que dois anos depois esse direito tenta ser qualificado e restringido mediante a estender para as mulheres a função do serviço militar. Porém, quem tenta qualificá-los e restringí-los? Quem seria o sujeito oculto que se apresenta indeterminado? Apesar de não citar nomes, nesse momento essa Associação demonstra sua discordância com as demais estruturas de poder e Instituições que ocupam relevância decisória no meio social, embora em certa medida sua dissonância não se pode fazer tão audível uma vez que sua legitimação carece do apoio por parte desses setores, como a Igreja Católica — o qual se afirma no dispositivo religioso cristão.

Ademais, se seus ditos ora confluem e ora se desassocia de como a mulher deve ocupar o meio social, é certo que se faz de suma importância para os argumentos que expõe que a forma moldada e entregue como essência natural do *ser mulher* esteja compondo a imagem-modelo de referência para aqueles que podem tomar sentido na ação política, através das leis empregadas na Carta Magna. Segundo Didi-Huberman (2018), as imagens sociais não estão apenas ligadas à materialidade, mas também são produzidas na imaginação, inclusive pelo discurso. Ou seja, as camadas linguísticas não estão apenas pululando conjunções entre letras e palavras, mas compondo cenários e os tomando como certos em territórios que se relacionam com a realidade, como a percepção ontológica do real pela imaginação.

Através desse meandro teórico, insere-se a *desnaturalização dos discursos*, em especial ao que se relaciona à composição de uma essência para a mulher. Nesse sentido, vê-se a procura de se estabelecer nessa correspondência uma composição do *âmago feminino* mediante palavras que estruturam como parte da “natureza feminina” a maternidade, e a concebe como uma predisposição biológica cabível a todas as mulheres. Por conseguinte, ressalta-se três destaques nesse discurso que busca estabelecer como simetria a mulher e a maternidade. Em primeiro lugar, ao se referir ao progresso, a FBPF menciona:

Em face do futuro, torna-se ainda mais indefensável esta inovação, pois o progresso sociológico só poderá se fazer seguramente no sentido da paz, do reconhecimento da unidade da especie humana e da eliminação da guerra como instrumento de relações internacionaes. Constitue alem disso, uma verdadeira violencia á função basica da mulher, que é a de crear a vida e de velar pela sua conservação (Lutz, 1934, p.1).

Nesse viés, percebe-se que o discurso feminista propagado na primeira metade do século XX se vê configurado dentro dos limites estabelecidos pelo seu período histórico. Assim, apesar de ser uma instituição que carrega em sua nomenclatura o “progresso feminino”, esse demonstra-se não se situar aos moldes do tempo presente, em que busca-se desvincular a visão essencialista da mulher como sendo “bela, recatada e do lar”, além da busca de evidenciar um feminino que pode escolher não ser mãe. Entretanto, o progresso que é visado para as mulheres em seio político de 1934 às vésperas da promulgação da Constituição Federal, demonstra-se estar limitado pelas estruturas de poder atuantes na esfera legislativa e executiva e que são determinadas por bases de um conservadorismo específico do seu próprio momento histórico. Ou seja, a função básica da mulher estava para criar a vida e velar por sua conservação e, quaisquer ação que se contrapusesse a esse factual, se fazia enquanto uma violência e contra o progresso sociológico e, pode-se acrescentar, ao feminino.

Por conseguinte, ao destacar as alterações que em nome da mulher deviam-se ser realizadas na Carta Magna pelos constituintes endereçados, se evidencia nessa visão essencialista da mulher o principal argumento para que essa não seja obrigada ao alistamento militar, como citado abaixo. Ademais, vale ressaltar que esse presente trabalho de conclusão de curso não busca inserir juízos de valor acerca da obrigatoriedade do serviço militar feminino, mas sim compreender as diversas nuances discursivas nessa correspondência da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e como essa constitui saberes acerca da mulher e esses, por sua vez, contribuem para uma afirmação de poder. Sendo assim, segue o destaque sobre o porquê que deve-se mudar o artigo presente na seção da Defesa Nacional, segundo as associadas dessa Instituição:

A's mulheres ficam isentas de qualquer serviço que as leis da Republica imponham aos cidadãos e que pela sua natureza militar não se coadunem com a sua função maternal de perpetuar a vida e de velar pela sua conservação (Lutz, 1934, p. 4).

Assim sendo, nota-se supracitadamente que no discurso em questão se naturaliza como a mulher está intrinsecamente ligada à função maternal e que essa, sendo uma função social da mulher e de certa forma, sua maneira de servir ao país, se coloca como uma simetria para a conotação “mulher”. Desse modo, as mulheres são naturalizadas por essa via discursiva como um ser que assertivamente estão ligadas à função maternal e de cuidados para com os filhos na conservação da vida.

Entretanto, é importante frisar que a maneira que o materno se concebe em coadunação ao gênero feminino não deixa de ser uma prática discursiva de naturalização de um conceito e construção de um saber que merece ser confrontado.

Ademais, como último destaque para a *desnaturalização discursiva*, há a pretensão da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em ser criado um Departamento que represente a mulher, mas esse se vê em conjunção com todos os signos que a FBPF incorpora como de ligação ao feminino:

Estamos em época de organização technica, da especialização e de representação de interesses geraes. Ora, os problemas relacionados com a organização domestica, a maternidade, a infancia e o trabalho da mulher, são ao mesmo tempo assumptos technicos e especialidades que interessam a grupos grandes, de facto a metade da população do paiz. Dahi parece-nos que a Constituição futura deverá dar representação especial á

mulher no Conselho Nacional e em qualquer forma de representação de classe que adoptar, crear e entregar á direcção feminina, um Departamento de Maternidade, Infancia, Trabalho Feminino e Lar (Lutz, 1934, p.6).

Logo, ao citar a criação de um departamento que esteja relacionado apenas às questões das mulheres, a Associação o destaca como aquele ligado à maternidade, infância, Trabalho *Feminino* e Lar e, ao pontuar as problemáticas ligadas à “metade da população do país”, evidencia-se a “organização doméstica”. Isto indica que, os discursos feministas em uma perspectiva histórica de construção se fizeram enquanto diversos e difusos ao serem atravessados por demais discursos — como o religioso e o conservador — e que os colocaram em tensões perante um poder político que se fazia determinado sob correspondências culturais onde não cabia a *emancipação feminina* — seja em terminologia ou na própria prática.

Com isso, é significativo também dar ênfase à *relação com a verdade* que é narrada nessa missiva. Nesse sentido, a desnaturalização desse discurso que confere simetria entre ser *mulher* e *maternidade* sublinhou que esse sentido conceitual se propôs a se determinar enquanto uma verdade. Mas, as verdades são construídas sobre certas condições de forma a serem tomadas como legítimas (Foucault, 2008), assim como a que liga a mãe à mulher e exclui sua faceta múltipla e irregular de relevos. Portanto, o escrutínio se deterá em certas *bases* às quais o discurso de uma essência materna como condizente de uma espécie de quididade feminina se faz, tais como a *modernidade* e o *movimento higienista*.

Outrossim, é significativo enfatizar que o início do século XX se faz marcado pelos ajustes do país aos signos de modernidade que permeavam o mundo e em especial, o continente europeu. Conjuntamente com esta pretensa modernidade, se fez os augúrios de uma disposição à civilização. Dessarte, para sustentar sua posição antagônica a uma possível presença feminina em movimentações de guerra, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino infere que:

Temos a certeza de que VV. Exas., sobre cujos hombros recae a responsabilidade de traçar as directrizes juridicas fundamentaes do paiz, não incidirão em medida que abhera de todo o desenvolvimento normal e progressivo da civilisação humana (Lutz, 1934, p. 2).

Nessa perspectiva, é frisado que a principal motivação para que os constituintes da Lei Maior do país excluam as mulheres de se tornarem soldadas em momentos de guerra seja em razão do alinhamento que esses devem manter para com o desenvolvimento da *civilização* humana. Mas por que se faz importante esse destaque? Por que esse trecho deve ser colocado em suspenso? Como mencionado anteriormente, a verdade se faz construída através de certas bases e a partir desse momento, o discurso demonstra que uma dessas é a pulsão para alcançar uma civilização que é capaz de progredir, uma modernidade que é possível de ser alcançada em uma “bela época” em seus resquícios de continuidade.

Nesse contexto, manifesta-se no território nacional o *movimento higienista*, o qual desponta na argumentação da FBPF quando essa apresenta a seguinte fala em relação a como as mulheres podem servir em tempos de confrontos bélicos em outras áreas e não no serviço militar:

Poderíamos acrescentar outros itens dos pontos de vista femininos, como sejam a ampliação dos assumptos de ordem moral, á protecção á infancia, á sciencia, ao patrimonio natural do paiz, mas estes já estão merecendo o

apoio dos Constituintes, cuja orientação geral é esclarecida e conscienciosa (Lutz, 1934, p. 8).

Assim, ao dar vazão para outros assuntos aos quais o “ponto de vista” feminino pode se debruçar, são mencionados a ordem moral, a proteção à infância, à ciência e o patrimônio natural do país. Segundo Poliana Silva (2017), o movimento higienista buscou através da figura feminina adentrar nos núcleos familiares afim de “higienizar” a moral dos sujeitos, em especial os maridos e filhos, e assim constituir um país mais “limpo” de quaisquer sujeiras éticas que perfilassem os lares nacionais. Ou seja, quando se manifesta um feminino preocupado com questões acerca da moralidade, da infância, ciência — em especial, temáticas relacionadas à área da saúde, como em revistas do período destinadas às mulheres — e do patrimônio natural, se vê o assentamento desse discurso sobre a base do movimento higienista e que se fazia em aceitação, como também notável no cenário político da década de 1930. Por conseguinte, ao se relacionar em conformidade com o sanitarismo moral da nação, a construção da verdade de uma mulher asséptica daquilo que a distancia do lar, da maternidade e de sua “natureza” se faz mais legítimo para ser embasado como irrefutável.

Portanto, é através desse empreendimento crítico acerca dessa correspondência da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que pode-se reconhecer que essa Instituição também se lança a determinar como a Lei Máxima do país deve se direcionar a questões que estão para além da conquista do voto. Para isso, tem-se as questões bélicas e, de forma a alcançar seus anseios, constrói uma imagem-modelo de uma mulher que possui a essência nata da maternidade através de discursos que se entrelaçam pela costura da fina linha do poder, em um panorama que se destaca estruturas em movimentos, iniciativas sanitaristas e vislumbres de uma civilização moderna que visa a “ordem e progresso”.

4 CONHECIMENTO É PODER: A GRANDE GUERRA, RUPTURAS E LEGITIMIDADE

Ao provocar as reflexões acerca dos motivos para analisar o discurso presente nessa epístola da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, se fez perspicaz retomar a maneira concebida por Michel de Certeau para a produção da História: atravessada pelo presente (Certeau, 1982). Nesse sentido, dentre a profusão de discursos manifestos nas eleições de 2022 acerca do feminismo, alguns destoavam-se pela ausência de complexidades e por se relacionarem a uma visão reducionista do que seria esse movimento, sem suas camadas de profundidade e de esvaziamento dos sentidos históricos que o bifurcam. Assim, nesse momento percebe-se o despontar de afirmações categóricas e tidas como absolutas — como a de que o feminismo subverteu os lugares de gênero, destruindo a maternidade e a família e por isso, as mulheres não deviam nada a esse movimento.

Entretando, ao fluir diante das deliberações e pedidos de uma carta feminista de 1934, que objetivava conquistar não mais o voto, mas a ausência da mulher da obrigatoriedade do alistamento militar como garantia na Constituição Federal; a surpresa se fez ao constatar um discurso bem mais condizente ao que hoje se colocaria como uma explanação conservadora do que necessariamente progressista. E se a concepção de que o discurso conservador atravessou, legitimou e consagrou alcances feministas seja incômodo para determinadas camadas sociais do momento presente, seus enlaces são inegáveis. Por isso, reafirma-se nessa produção que “A

prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade” (Certeau, 1982, p. 67), no sentido de que ao observar os discursos políticos circundantes do Brasil e como esses se destoam em emaranhados difusos de sentido, pode-se compreender então a necessidade de se olhar para o passado. Dessa forma, é burlesco como os discursos conservadores que afirmam que o feminismo é uma espécie de *erva daninha* não conseguem entrever que esse adentra no país através de uma fala que destaca uma definição de mulher que se faz em alinhamento a um discurso compreendido no momento atual como conservador.

Por conseguinte, visando constituir um exame da narrativa segundo um *empreendimento genealógico*, esse se fará a partir de três recortes: uma História dos discursos e práticas, em seguida a descontinuidade e ruptura e por fim, na interação entre poder e conhecimento. Nesse sentido, quanto ao primeiro recorte, para empreender uma genealogia no sentido histórico que o discurso e suas práticas se inserem na fonte analisada, vale primeiro suspender esse discurso e inquiri-lo do motivo de sua aparição. Desse modo, merece questionar o que faz o alistamento militar se tornar uma problemática que se demonstra como o “mais vivo interesse” da FBPF. Assim, por que essa temática bélica irrompe como tão importante ao ponto de se redigir uma epístola com oito páginas e enviá-la para aqueles que foram escolhidos para compor a nova Lei Maior do país?

Nesse sentido, percebe-se que essa carta é redigida em 1934, no período conhecido como *entre guerras*, uma vez que se estabelece entre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Porém, em busca de constituir uma busca histórica do discurso bélico que irrompe na correspondência, percebe-se o aparecimento de auspícios de uma “guerra” ocorrida em um passado próximo e que retoma a inflexão de temor que a *Grande Guerra* causou no planeta em razão de, pela primeira vez na história, mobilizar todas as grandes potências em seu empreendimento (Hobsbawm, 1995). Assim, segue o destaque:

Só se compreende com o reflexo anormal e passageiro do período de confusão intensa que nubla os horizontes da vida política contemporânea, traduzindo-se diariamente em levantes e conflitos dentro e fora das fronteiras de cada país. Fructo também ella da ultima guerra, é a desorganização da vida moderna mais um symptoma, que indica a necessidade de não arrastar grupos novos, como a população feminina, para esse sorvedouro de vidas e redemoinho sinistro de paixões (Lutz, 1934, p. 2).

Nesse momento, a descrição do contexto pela FBPF salienta que só se faz importante empreender esforços que garantam excluir a mulher do serviço militar porque a guerra já demonstrou o quão avassaladora é capaz de ser. Ademais, sua fala também demonstra como o período da década de 1930 se apresentava em intensa confusão, com horizontes nublados para a política, com conflitos ocorrendo em cada país, seja dentro ou fora de suas fronteiras. Ou seja, os augúrios de um confronto podiam-se ser ouvidos e com isso, uma ação que resguardasse um “grupo novo” — as mulheres — para aquele referenciado como um *sorvedouro de vidas e redemoinhos sinistro de paixões* devia ser realizada.

Outrossim, a “última guerra” que é destacada pela Federação denota a ligação que ainda se fazia notável com a *Grande Guerra* (1914-1918) e as más projeções que sua pulsão de morte apresentou. Desta feita, as veredas discursivas de uma memorialística belicosa demonstram sua presença mesmo após a data de encerramento desse conflito, ilustrando os enlaces de uma *continuidade* discursiva.

À vista disso, quando as associadas se detêm no capítulo em relação à paz, essas também mencionam:

Quem abre os jornais hoje em dia, depara diariamente com uma série de notícias que anunciam motins, conflictos e revoluções. Depara igualmente com outra série que demonstra o desequilíbrio economico, traduzido pela existencia de milhões e milhões de sem trabalho. Os economistas de maior renome não hesitam em apontar a Conflagração europeia como fonte e origem de todas essas perturbações (Lutz, 1934, p. 7).

Nesse momento, a FBPF demonstra como a *conflagração europeia*, a Primeira Guerra Mundial, era compreendida como fonte e origem de todas as perturbações que enevoavam as notícias dos jornais da época. Dessarte, pode-se compreender que, o discurso belicoso que atravessa essa correspondência de 1934 possui sua genealogia em ligação com uma sequência de outros discursos que constituíram a narração memorialística de temor da *Grande Guerra*, ao ponto dessa ser retomada como um “sorvedouro de vidas”.

Por conseguinte, nessa compreensão se têm as *práticas* desse discurso em diálogo com um *ímpeto pela paz*. Desse modo, há a menção de como os historiadores apontam o continente americano como aquele destinado a instaurar uma era de paz e propõe que seja constituído um capítulo para a Constituição Federal destinado estritamente à esse alcance:

Os historiadores por sua vez concordam em apontar o continente americano, como destinado a firmar uma nova definição de fraternidade e a inaugurar uma nova era de Paz. O ante-projeto da Constituição contem um capitulo inteiro dedicado a Defesa Nacional. Garantida como está, lembramos nós as mulheres, fieis ao dictame de Virgilio, de que as mães odeiam a guerra — que seja a constituição acrescida de um CAPITULO DA PAZ. O Artigo 80 da Constituição antiga que vedará as guerras de conquista, sempre foi o mais elogiado de todos os artigos da Magna Carta do Brasil. Conservando-o, ampliando-o pela exigencia de 2/3 de votos do Congresso Nacional para declarar a guerra (como existe em alguns paizes europeus) pela acceitação dos principios geralmente reconhecidos de Direito Internacional, pela prohibição de fabricar e vender brinquedos de natureza bellica, e pela isenção do serviço militar, as mulheres e ao clero, teriamos os primeiros artigos para um capitulo sobre a Paz (Lutz, 1934, p. 7).

Explanando dessa forma, esse trecho evidencia que esse discurso não é mera produção sem sentido de um simples bailar de dactilografia, mas que possui *práticas* que devem ser realizadas não apenas pela escrita na Lei Máxima do país de um capítulo destinado exclusivamente a tratar da paz, mas pela especificação dessas quando relata que se deve proibir fabricar e vender brinquedos de origem bélica e a isenção do serviço militar para as mulheres e ao clero. Além disso, curioso o cercear da visão deflagrada pelos historiadores e que é apropriada como um conduto argumentativo para que a prática impelida pela paz seja então efetivada.

Desta feita, em relação às *descontinuidades e rupturas*, essas podem aparecer no discurso de forma a demarcar que a História não se faz apenas como uma linha evolutiva una e contínua, mas cruzada por diversas nuances do imprevisível, assim como dos desvios de descontinuidades que se rompem no tecido do espaço-tempo dessa ciência humana. Através desse viés, a Federação Brasileira

pelo Progresso Feminino, demonstra nessa carta um marco fundamental de ruptura em relação ao serviço militar e que se faz mantido até os dias atuais:

O art. 78 do Ante-Projecto diz: Todo brasileiro é obrigado na forma da lei ao serviço militar e a outros encargos necesarios á defesa da Patria e das instituições e, em caso de mobilisação, póde-se lhe dar o destino que melhor convenha ás suas aptidões, etc. etc.

I - A emenda nº 111 do Deputado João Beraldo diz: Ao art. 78. Depois das duas primeiras palavras “Todo Brasileiro” acrescentem-se as seguintes “com exclusão das mulheres”... o mais como está no artigo (Lutz, 1934, p. 3).

Assim, há uma mudança bem demarcada quanto ao que deve ser disposto na Constituição Federal em relação ao serviço militar: se no anteprojeto vislumbra-se a possibilidade das mulheres serem aproveitadas em caso de mobilização de uma guerra, a Federação sublinha que as mulheres não servirão, que essas devem ser excluídas. Como justificativa, essas pontuam como as cidadãs do país podem se dedicar a outras formas de servir à Pátria, como na defesa sanitária, na civil, educativa e social — por meio de campanhas e planos. Nesse trâmite, o alcance dessa Associação perdura até os dias atuais, uma vez que o § 2º do Art. 143 da atual Carta Magna do país mantém que tanto as mulheres quanto os eclesiáticos ficam isentos do serviço militar obrigatório.

Por último, se faz importante destacar a *interação entre poder e conhecimento*. Neste viés, a respectiva epístola tece paulatinamente no decorrer de seus escritos saberes acerca do que corresponderia ser mulher e como esses elementos se faziam em contradição quanto à perspectiva do alistamento militar como extensivo para as mulheres. Assim, esses saberes se comunicam com demais discursos que já se encontram em legitimidade de força audível no meio social para dessa forma, estabelecer o mesmo alcance e ainda, ampliá-lo para o meio político através da determinação de práticas que devem ser exercidas e são prescritas na forma que a Carta Magna de 1934 é delineada. Dessa maneira, seria então essa concepção de um conhecimento à base de uma conjunção de saberes que se dialoga com a FBPF para certificar o seu poder de influência como bem estabelecido, aceito e com capacidade de diálogo perante a posição que ocupava — em especial, em razão do lugar de projeção política de suas associadas, uma vez que algumas delas conviviam com nomes de destaque do cenário da época.

Outrossim, segundo Vilém Flusser (2007), a língua é capaz de formar a realidade e não apenas a descrevê-la, o que possibilita essa última de ser moldada e construída pelo discurso. Nesse sentido, essa dimensão da linguagem pode ser constatada nessa referida fonte através da conjuração de um conhecimento acerca da belicosidade e do sexo feminino que corresponde a uma posição de poder, tanto de voz quanto de prática, no espaço político onde se desdobra. Para tanto, vê-se na conclusão dessa carta a seguinte afirmação:

O Brasil se aproxima da Constitucionalisação, ansiosamente aguardada por grande parte da Nação. Todas as classes e grupos prescrutam os horizontes politicos, esperançosos de que nelles se desenhe a consagração dos seus anhelos fundamentaes.

A mulher brasileira não constitui exceção. Formula claramente o seu programa de reivindicações e os leva resolutamente ao conhecimento dos representantes do povo, na certeza de que deles receberá a confirmação plena que o transforme em lei (Lutz, 1934, p. 8).

Dessa forma, ao mencionar os anseios da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino perante a nova Constituição, essa entidade coloca as suas reivindicações em sinonímia com as de todas as mulheres brasileiras — citada no trecho no singular, como se houvesse apenas um modelo de mulher. Ademais, a evocação da certeza de que seus apelos serão atendidos e transformados em lei transparece denotar que o conhecimento que produziu um conceito de mulher capaz de ser aceito no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, se fez enquanto poder de influência capaz de transformar e mudar a realidade perante os direitos e alcances que a maioria populacional do país poderia alcançar.

Por fim, não buscando estabelecer juízo de valor quanto aos formatos utilizados para que o discurso de sua Associação se propagasse e se tornasse audível nos espaços de poder político, é certo que se evidencia as mudanças em solo nacional das conquistas alcançadas por suas filiadas. Por essa razão, o conhecimento se fez como poder, mediante a legitimação de seus discursos que estruturavam não apenas uma cultura e espaço social, mas a própria forma de conceber o real e o transformando em realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A movimentação que uma epístola feminista pode provocar num oceano estrutural e estruturante tão vasto como o patriarcado de certo que não consegue ser mensurada, mas esta pode ser inegavelmente sentida. Assim, sendo a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino partícipe na direção dos ventos formadores das Ondas Feministas deflagradas no país, além de contribuir para os maremotos que se fizeram nas profundezas e alcançaram superfícies aparentemente tranquilas desse mar, essa também se fez capaz de compor imponentes *embarcações*. Entretanto, essa Associação constituiu suas naus em meio à profusão de tantas outras, visando com isso não sucumbir à total submersão. Nesse coletivo, se algumas dessas se fizeram incoerentes aos primeiros olhos, sua composição em conjunto as permitia navegar sem muitas agitações.

Nesse sentido, se compreende melhor a composição de diálogos enquadrados sobre o astrolábio de uma História que oferece diferentes angulações contextuais, assim como o fez as diferentes camadas de composição da FBPF ao ser ancorada no Governo de Getúlio Vargas, após o sorvedouro da Grande Guerra e das movimentações de uma moral sanitária. Por essa razão, constituir seus mapas discursivos para empreender seu deslize náutico se fez enquanto uma tarefa cautelosa, em razão da influência já existente das bússolas que apontavam sempre para o mesmo norte: é preciso saber dialogar com um poder legitimador para só assim, afirmar seus direcionamentos como práticas capazes de desaguar em um social carecido de determinadas implementações.

Por conseguinte, velejar nesse oceano político e sexista se fez carecido de certos empreendimentos para que o percurso fosse bem sucedido. Assim, compreende-se porque a FBPF busca hastear bandeiras que correspondem à uma essência feminina, à uma maternidade em simetria às mulheres, ao progresso de uma civilização, à moral higienista dos lares. Nesse viés, as pontes relacionais e genealógicas puderam então recair sobre um retomo aos temores da *Grande*

Guerra e encaixar-se sobre os eixos de um conhecimento que se instaura em busca de poder e estabelece rupturas mas também, validação para suas práticas.

Ademais, esse presente trabalho demonstrou que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi uma instituição que construiu seus discursos buscando os alinhar às estruturas de poder que vigoravam no ano de 1934 e para isso; construiu uma visão essencialista das mulheres enquanto necessariamente maternalistas e em comunhão com um movimento sanitarista moralizador das famílias por intermédio de um feminino velado sob seus preceitos. Além disso, ao traçar uma genealogia discursiva, evidencia-se que o relato belicoso se coaduna com um retomar dos temores propagados pelo conflito europeu à época destacado como uma *Grande Guerra* e, ao perscrutar os vislumbres de uma ruptura, essa se vê na menção ao Art. 78 que é alterado e mantido até os dias atuais no tocante à exclusão das mulheres e dos eclesiásticos da obrigatoriedade do serviço militar. Por fim, ressalta-se como essa Entidade criada por Bertha Lutz — para atender os anseios feministas estadunidenses no Brasil — compõe conhecimentos através da construção e retomo de saberes já legitimados para dessa forma, angariar uma posição validada perante o poder político do momento e dessa maneira, estabelecer na prática social e cultural os anseios da conquista de direitos para as mulheres do maior país em extensão territorial da América Latina.

À vista disso, o contato ao imprevisível na análise empreendida se fez quando percebe-se que, a ojeriza nos discursos conservadores da atualidade pelo feminismo já se fizeram com esse enquanto frequência consonante em algum momento do passado, como demonstrada a referida epístola da FBPF datada na primeira metade da década de 1930. Desse modo, pode-se compreender como os discursos e suas práticas na realidade podem ser entendidos como múltiplos e multifacetados, difusos e difundidos, históricos, mutáveis, contínuos, construídos e fragmentados, além de situarem-se em constante relacionamento com as estruturas de poder de forma ímpar à cada época para assim, se legitimarem. Por essa razão, suspendê-los perante uma crítica e destacando seus apoios genealógicos é imprescindível para compreender as formas que o poder o perfila e se direciona em práticas diante da realidade social. Por fim, espera-se que essa produção dialética sirva de sustentáculo e acrescente mais um fragmento na lacuna historiográfica para póstumos inquirimentos acerca da contribuição da FBPF não apenas para a conquista do voto feminino no Código Eleitoral de 1932, mas também na luta para que o serviço militar não se fizesse extensivo às mulheres.

REFERÊNCIAS

BUENO, Alexandra Padilha. **Viribus Unitis: a questão da conquista do voto feminino nos Boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1934-1935)**. Revista Aedos, v. 11, n. 24, p. 245-268, 2019.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991. 176 p.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Falenas - Ensaio sobre a aparição**. Lisboa: Kkym, 2015.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. Revista Historia de la Educación Latinoamericana, Colômbia, v.18, n. 26, p. 313-326, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo>. Acesso em: 20 de março de 2024.

FLUSSER, Vilém. **Língua e realidade.** 3. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Còllege de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução: Laura Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução: Luiz Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

GARCIA, Carla. **Breve história do feminismo.** Claridade: São Paulo, 2011. 120 p.

A era da guerra total. In: HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 29-60.

HOPPE, Hans-Hermann. **Uma Breve História do Homem: Progresso e declínio.** 1. ed. LVM Editora: São Paulo, 2018. 160 p.

KARAWEJCZYK, Mônica. **O feminismo em boa marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino.** Revista estudos feministas, v. 26, p. e49845, 2018.

LUTZ, Bertha. **Correspondência da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Liga Eleitoral e Seção de Estudos Jurídicos, encaminhada aos constituintes, sobre a exclusão da mulher do serviço militar, e reforço da importância das mulheres na sociedade em vários aspectos.** Fevereiro de 1934. Carta Oficial. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados.

MOURELLE, Rodrigo Cavaliere et. al. **A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o governo de Getúlio Vargas na década de 1930: estratégias e paradoxos do movimento feminista no Brasil.** Colóquio Internacional Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul. Universidade de Santa Catarina, 2009.

NARCISO, Anderson. **O movimento higienista em foco: perspectivas do sanitário em Juiz de Fora na Primeira República.** XIII ENCONTRO REGIONAL, ANPUH. Minas Gerais, 2012.

OLIVEIRA, Lívia. **Uma análise sobre a cultura patriarcal no Brasil e sua relação com o feminicídio.** 2022. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022, p. 13-32.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945).** 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. cap. 1, p. 14-38.

POLITIZE!. “Não devemos nada ao feminismo?” | **A História do feminismo no Brasil | Era uma vez no Brasil 4**. Youtube, 13 de setembro de 2023. 12min47s. Disponível em: <https://youtu.be/bhrfpVvM9xE>. Acesso em: 20 de março de 2024.

SILVA, Poliana Moreira. **Movimento higienista: construção da figura feminina**. 2017. 35f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, sustentáculo e bálsamo para a minha vida diante de quaisquer adversidades, a quem devo a honra das bênçãos e graças derramadas sobre mim.

À Heitor, pelo companheirismo, apoio, acolhimento nos momentos turvos e, em especial, por nunca ter duvidado do quão capaz eu sou de conquistar cada um dos meus sonhos.

Aos meus pais, que estiveram desde o meu primeiro sopro de vida partícipes em cada um dos meus passos, sempre acreditando no meu potencial e mantendo a fé no poder transformador da educação.

Aos meus avós, que diante de uma vida na labuta da terra souberam provocar uma neta no amor pelos estudos e nas graças de escrever.

Aos meus queridos irmãos, que energizam minha vida com a alegria da partilha fraterna.

Aos meus amigos, por nunca deixarem de acreditar na minha capacidade de alcançar voos cada vez mais altos e por cada momento em que demonstraram o sentido de uma verdadeira amizade.

À minha orientadora, Alômia Abrantes da Silva, por sua acolhida tranquilizadora diante do processo e que se fez enquanto elo de força apaziguadora nas dificuldades. É com sincera gratidão que destaco: “Obrigada”!

A todos os professores que atravessaram meu percurso em curso na História, com os quais tive o prazer de partilhar experiências e aprender tanto com as discussões propostas. Minha formação de professora não seria a mesma sem vocês, muito obrigada!

Às amigadas provocadas durante minha estadia na UEPB, sorte a minha ter compartilhado esse percurso com vocês.

À Rilane Medeiros, pela atenciosidade que sempre se fez constante desde o primeiro dia de aula.

Às minhas colegas de trabalho, as quais trazem a resistência do riso como suporte do cotidiano e que vibraram comigo nessa conclusão de curso com uma empatia ímpar.

À minha banca examinadora, pela presença marcante nesse momento tão importante e pelas contribuições acrescentadas ao meu trabalho.

À cada um que passou pela minha caminhada e se entregou à partilha dos bons afetos que esse percurso provocou, sem dúvidas são peças fundamentais que pavimentaram a realização desse sonho.